



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES

Mesa Temática – Planejamento e Gestão da Zona Costeira

TEMAS ABORDADOS

Tema 01: **Planejamento e Gestão da Zona Costeira.** Abrange os temas relacionados aos instrumentos, marcos legais e processos gerais de organização e administração da zona costeira:

- Ordenamento costeiro em cidades turísticas
- Marcos legais do gerenciamento costeiro - PNGC
- Instrumentos de planejamento territorial, como AAE, PEM, etc.
- Zoneamento Ecológico Econômico - acompanhamento e fiscalização
- Gerenciamento costeiro e mudanças climáticas
- Definição de unidades componentes da zona costeira
- Rede na atuação das zonas costeiras
- Negociações ambientais na zona costeira
- Ciência, Tecnologia e Inovação aplicada às temáticas da Zona Costeira
- Gestão compartilhada de empreendimentos em praias
- Comunidades tradicionais na orla

Tema 02: **Impactos Ambientais e Intervenções Físicas,** agrupando temas relacionados a problemas ambientais específicos (poluição, erosão) e às intervenções ou infraestruturas que afetam a dinâmica costeira:

- Usinas eólicas OFF SHORE – regulação (GT Intercameral)
- Engordamento de praias
- Poluição marítima
- Intervenções para lidar com erosão costeira
- Esgoto clandestino e seu derrame nas praias
- Sustentabilidade nos portos
- Ocupação desordenada em zona costeira e medidas para impedir o despejo irregular de esgoto na praia.

CONCLUSÕES

1) SUGESTÕES PARA A 4^a CCR

Tema 1:

Realização de audiência pública na PGR sobre os projetos de lei relativos ao mar e à costa, conexos à PEC 3.

Estabelecer parcerias com as universidades para apoio à atuação do GT/Comissão ZC.



Tema 4:

Divulgação do GUIA DE DIRETRIZES DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À EROSÃO COSTEIRA (CIRM).

Divulgação de que o GT/Comissão Zona Costeira está à disposição dos colegas para auxiliar em casos relacionados à erosão costeira.

2) SUGESTÕES PARA OS GRUPOS DE TRABALHOS DA 4^a CCR

Tema 1:

Verificação da implementação dos instrumentos do Gerco nos Estados e Municípios: ação em andamento no GT/Comissão

PCT na zona costeira: definição de membro de ligação para diálogo sobre o tema com a 6^a CCR

Estabelecer parceria com ESMPU para criação de fórum permanente sobre políticas e direito do mar e da zona costeira

CT&I: desenvolvimento da iniciativa de CT&I aplicadas à zona costeira, ação em andamento no GT/Comissão

Negociações ambientais na ZC: membro de ligação com Nupia

Tema 4:

Erosão: atuação no PAF para revisão do GUIA DE DIRETRIZES DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À EROSÃO COSTEIRA (CIRM)

Poluição marinha: articular o ingresso do MPF na rede do Prof. Turra

Sustentabilidade dos portos: diálogo do membro de ligação do GT/Comissão ZC com o GT Transportes (subcoordenador de transporte hidroviário); articular integração do tema nos instrumentos de planejamento do Gerco

Esgoto: articular diálogo dos membros do MPF com os colegas dos MPs estaduais quanto ao tema (implementação de rede de coleta e tratamento, Lei 11.445); estimular a verificação do cumprimento da qualidade dos corpos hídricos que deságuam no mar, verificação do cumprimento da Res. Conama 430/2011 (parâmetros de emissões no mar e nos rios costeiros)



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES

Mesa Temática – Ocupação e Uso do Solo

TEMAS ABORDADOS

Mesa temática 02: Ocupação e Uso do Solo, abordando os temas ligados à presença humana, às diferentes formas de ocupação do território costeiro, incluindo desafios legais e sociais:

- Combate a ocupações irregulares em área de praia
- Ocupação irregular das áreas pelo crescimento desenfreado das grandes cidades
- Ocupações irregulares na faixa de areia (desde barracas, construções até píeres)
- Compatibilização (possível?) das ocupações já existentes com as normas reguladoras da matéria: limites e possibilidades
- Medidas para garantir o livre trânsito à praia diante da tentativa de privatização da faixa de areia, por meio de obras de contenção e outras por empreendimentos privados.
- Ocupação Da Orla por Quiosques com autorização municipal
- Análise de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) sob um risco novo e atual: descontrole climático
- Desafios decorrentes da presença de populações tradicionais em unidades de conservação na zona costeira
- Proximidade com os órgãos ambientais para estimulá-los a participar dos ANPPs, com o objetivo de obter parâmetros e balizas para reparação do dano.

CONCLUSÕES

1) SUGESTÕES PARA A 4^a CCR E PARA OS GRUPOS DE TRABALHOS DA 4^a CCR

Combate a ocupações irregulares em área de praia

Atuação da 4CCR ou GT no sentido de gestionar a SPU para que sejam cancelados os RIPS (de ocupações irregulares), com base na Lei n. 9636/98, arts. 9º, II, e 10, e acionar a AGU para ajuizamento de possessória.

Ocupações Irregulares na Faixa de Areia (desde barracas, construções até píeres):

A ocupação irregular deve atender o interesse público. Em caso de ocupações de grande impacto, seria aconselhável inserir a 4a CCR na negociação. O TAC ou acordo devem ser respaldados por instrumento jurídico, como a cessão de uso onerosa.

Compatibilização (possível?) das ocupações já existentes com as normas reguladoras da matéria: limites e possibilidades

Possível desde que esteja inserido em algum projeto de interesse público, mediante cessão de uso oneroso.

Medidas para garantir o livre trânsito à praia diante da tentativa de privatização da faixa de areia, por meio de obras de contenção e outras por empreendimentos privados.



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES

Criar mecanismos de oitiva prévia da SPU/União antes da concessão da licença de obra ou licenças ambientais.

Ocupação Da Orla por Quiosques com autorização municipal

As autorizações municipais que importam instalação/ampliação ou construções privadas em área de uso comum do povo são ilegais e nos municípios que possuem a gestão da orla (TAGP) O MPF precisa gestionar junto à SPU para exclusão da praia/localidade do Termo de Adesão a Gestão das Praias). Nos municípios que não tem o TAGP, acionar SPU e PF para a tomada de providências.

Análise de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) sob um Risco Novo e Atual: Descontrole Climático:

Os estudos de viabilidade técnica e ambiental da REUR B devem incorporar de forma explícita a análise de riscos geológicos, hidrológicos e climáticos (elevação do nível do mar, ressacas, inundações, erosão costeira) e vantagens ambientais da permanência.

Realizar mapeamentos detalhados das áreas de risco de desastres naturais e eventos climáticos extremos na zona costeira, utilizando modelos preditivos e históricos.

Desafio do MPF: Impedir a regularização fundiária em áreas classificadas como de alto ou muito alto risco climático, priorizando a remoção e realocação de famílias.

Desafios Decorrentes da Presença de Populações Tradicionais em Unidades de Conservação na Zona Costeira:

Compatibilizar a permanência das comunidades tradicionais existentes.

Desenvolver e implementar planos de manejo das Unidades de Conservação (UCs) com ampla participação das comunidades tradicionais, reconhecendo seus conhecimentos e práticas ancestrais.

Apoiar e incentivar atividades econômicas sustentáveis e tradicionais (pesca artesanal, extrativismo sustentável, ecoturismo de base comunitária) que sejam compatíveis com os objetivos de conservação da UC.

Criação de políticas públicas voltadas para a saúde, educação, infraestrutura e segurança alimentar dessas comunidades, com abordagens culturalmente adequadas e contando com órgão.

Estabelecer mecanismos de mediação de conflitos entre as comunidades e a gestão das UCs, buscando soluções consensuais e respeitando a autodeterminação dos povos, com respaldo dos entes públicos.

Proximidade com os Órgãos Ambientais para Estimulá-los a Participar dos ANPPs, com o Objetivo de Obter Parâmetros e Balizas para Reparação do Dano:

A realização de ANPP/ANPC deve atender às diretrizes e parâmetros técnicos para a valoração do dano ambiental e as medidas de reparação, preferencialmente definidas em conjunto com os Órgão Ambientais.

Desenvolver modelos/guias de termos de ajustamento de conduta (TACs) e ANPPs/ANPCs com cláusulas específicas de reparação ambiental, incluindo obrigações de fazer (apresentação PRADs, reflorestamento, despoluição), bem como prever compensação financeira (Orientação n. 10, da 4CCR), observadas as peculiaridades locais-regionais.



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES

Mesa Temática – Proteção de Ecossistemas e Áreas Especiais (APP, UC)

TEMAS A SEREM ABORDADOS

Mesa temática 03: Proteção de Ecossistemas e Áreas Especiais (APP, UC) Este grupo foca na conservação de habitats costeiros específicos, como mangues, restingas e dunas, bem como na gestão de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Unidades de Conservação (UC):

- Recuperação de mangues como foco para aumentar a resiliência territorial ao descontrole climático
- A delimitação da área de preservação permanente pela Resolução CONAMA n.º 303 de 20/03/2002. Aspectos práticos concernentes a aplicação da norma protetiva frente a realidade de ocupação descontrolada da faixa litorânea.
- Resolução CONAMA n.º 303/2002 e definição de APP de Restinga
- Regime de atuação em relação à intervenção em área de dunas
- Unidades de conservação costeiras
- UCs na zona consteira
- Restinga
- Proteção das Dunas
- Possibilidade de acordos em Ações Civis Públicas em ações tratando da retirada de imóveis de áreas protegidas ambientalmente
- Solução coletiva das ocupações existentes em faixas de praia e proximidades (APPs)
- Resolução consensual de questões referentes às ocupações em APPs litorâneas

CONCLUSÕES

Mesa de discussão não realizada.

Mesa Temática – Licenciamento, Fiscalização e Aspectos Jurisdicionais/Institucionais

TEMAS ABORDADOS

Licenciamento, Fiscalização e Aspectos Jurisdicionais/Institucionais, concentrando os processos de licenciamento ambiental, os limites de competência entre entes federativos e o papel dos órgãos de fiscalização e proteção patrimonial:

- Análise de licenciamentos ambientais de grande complexidade na Zona Costeira
- Licenciamento ambiental na Zona Costeira
- Limites da competência municipal na autorização de atividades e intervenções na praia com TAGP



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES

- A SPU e a proteção ambiental do patrimônio da União. Limites e possibilidades de aperfeiçoamento da fiscalização do órgão
- Zoneamento Ecológico Econômico - acompanhamento e fiscalização

CONCLUSÕES

1) SUGESTÕES PARA A 4^a CCR

Providenciar um Manual sobre Licenciamento.

Providenciar o aumento e o aprimoramento dos analistas ambientais lotados na SPPEA. Isso é urgente.

2) SUGESTÕES PARA OS GRUPOS DE TRABALHOS DA 4^a CCR

Agendar reunião com a Diretoria de Licenciamento do IBAMA (DILIC/Ibama), com intermediação do GT Zona Costeira, ou outros pertinentes, para enfrentamento:

Pontos relativos a questões ambientais:

Falta de licenciamento cumulativo;

Falta de análise econômica sobre a necessidade de novos empreendimentos portuários (Plano Nacional de Logística Portuária).

Atribuição para o licenciamento em Zona Costeira, considerando o julgamento do STF sobre a lei baiana.¹

O acompanhamento do pós licenciamento.

Pontos relativos a comunidades originárias e tradicionais:

- Aplicabilidade dos critérios da Portaria Interministerial nº 60/2015 (raios de presunção de afetação) não somente para indígenas e quilombolas, mas também para outras comunidades tradicionais. O Ibama alega que a citada portaria somente se aplica para indígenas e quilombolas. Afirma, ainda, que não está preso à citada portaria pois pode prever critérios mais amplos de aferição do dano. Contudo, primeiro que isso não funciona muito na prática; segundo que essa afirmação não inibe aplicar critérios mais amplos e também os previstos na Portaria, que fala em presunção de dano.
- Autoaplicabilidade da convenção OIT 169. A DILIC, em ações judiciais, diz que a Convenção OIT não é autoaplicável e que depende de normatização. E, assim, os empreendimentos podem fazer as consultas conforme queiram.

¹ <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-invalida-lei-da-bahia-que-permitia-supressao-de-vegetacao-na-mata-atlantica-e-na-zona-costeira/#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Supremo%20Tribunal,implanta%C3%A7%C3%A3o%20de%20empreendimentos%20nesses%20locais>.



Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES

Agendar reunião com a Diretoria de Licenciamento da FUNAI (GCLIC/Funai), com intermediação do GT Zona Costeira, ou outros pertinentes, para também exigir o respeito aos protocolos de consulta.